

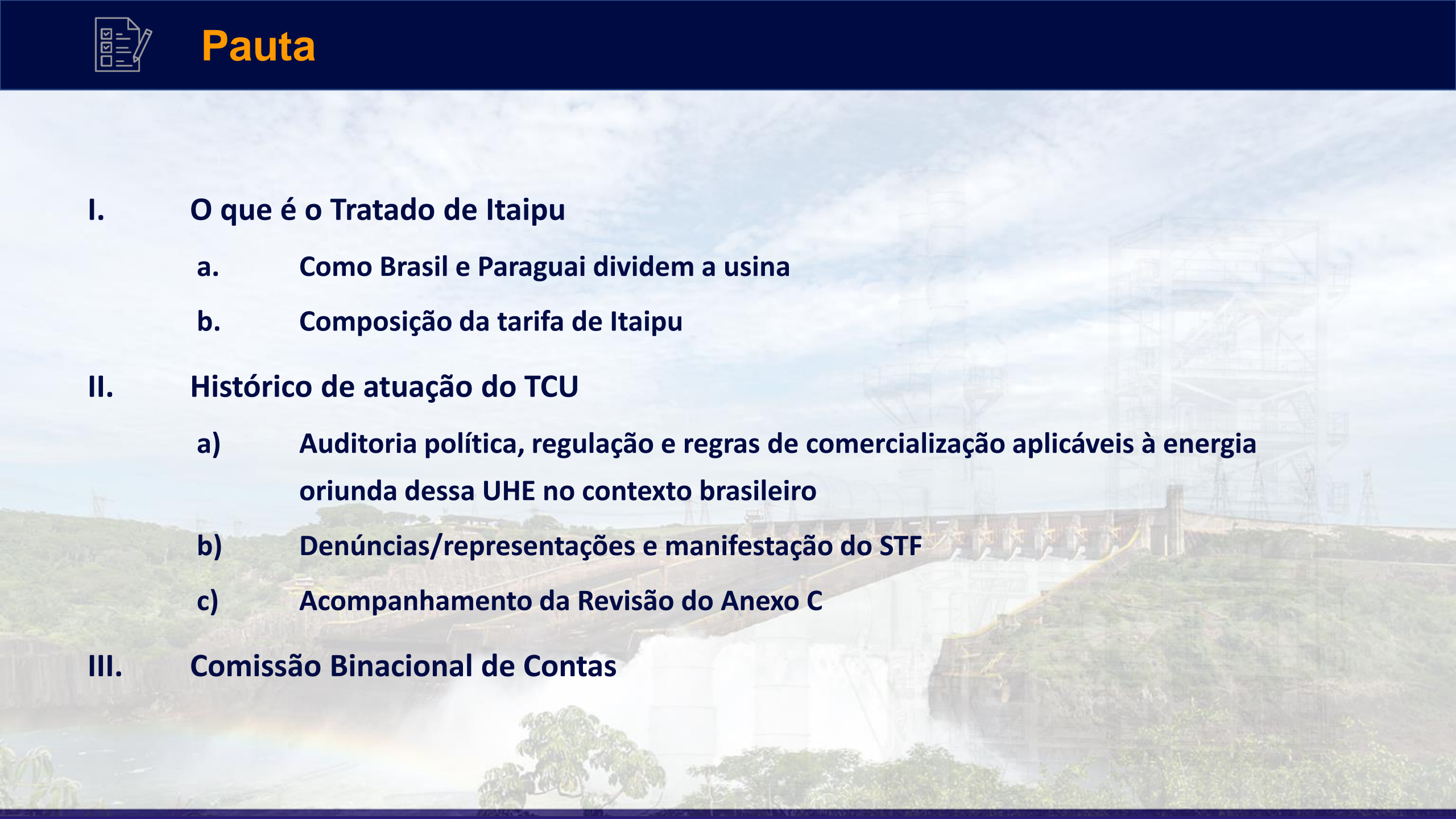
# AudElétrica

Audiência pública sobre Itaipu  
Comissão de Serviços de  
Infraestrutura do Senado Federal

Brasília, 9/11/2023



# Pauta

- 
- I. O que é o Tratado de Itaipu**
    - a. Como Brasil e Paraguai dividem a usina**
    - b. Composição da tarifa de Itaipu**
  - II. Histórico de atuação do TCU**
    - a) Auditoria política, regulação e regras de comercialização aplicáveis à energia oriunda dessa UHE no contexto brasileiro**
    - b) Denúncias/representações e manifestação do STF**
    - c) Acompanhamento da Revisão do Anexo C**
  - III. Comissão Binacional de Contas**



# TRATADO DE ITAIPU



## TRATADO

Cria Itaipu Binacional;

Assinado em 26/4/1973, com entrada em vigor em 13/8/1973;

Cada Alta Parte tem direito a 50 % da energia;

Direito de adquirir energia que a outra Alta Parte não utiliza.

## ANEXO A

Estatuto da Itaipu Binacional.

## ANEXO B

Descrição geral das instalações destinadas à produção de energia elétrica e obras auxiliares.

## ANEXO C

Bases Financeiras (composição do custo do serviço e receita anual da Itaipu Binacional);

Previsão de revisão após 50 anos (a partir da entrada em vigor do Tratado);

**Potência 14 GW**

**Geração 69.500 GWh**



**Brasil**

**2022 - 50% da potência  
aprox. 7% capacidade  
instalada hídrica no Brasil**



**Paraguai**

**2022 – atendeu 85 % da  
demanda do Paraguai**





# Composição da tarifa de Itaipu





# Composição da tarifa de Itaipu

## ■ CUSE

- De 2009 a 2021 – constante em US\$ 22,60/kW (60% do valor = parcela do financiamento)
- Em 2022, passou para US\$ 20,65/kW
- Em 2023, quitação do financiamento, o esperado seria US\$ 12,67/kW, porém valor aprovado pelo Conselho de Administração de Itaipu em 17/4/2023 foi de US\$ 16,71/kW
- **Os investimentos de Itaipu em infraestrutura são financiados pelo consumidor**
- **O consumidor brasileiro\* arca com mais de 80% dos custos da usina**

\* Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste





# Itaipu no Brasil

## Comercialização:

Eletrobras => ENBPAR

Cotas de Itaipu: consumidores das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste





# Itaipu no Brasil – Política Pública

## Política internacional

Notas reversais: custo remuneração energia cedida 2006 = 5,1X e 2009 15,3X

## Política internacional => Conselho de Administração de Itaipu

Nota Reversal 228/2005: iniciativas de Itaipu Binacional no campo da responsabilidade social e ambiental => componente permanente na atividade de geração de energia, de acordo com a missão, políticas e diretrizes fixadas, ou que vierem a ser fixadas, pelo Conselho de Administração de sorte a impulsionar o desenvolvimento econômico, turístico e tecnológico, sustentável, no Brasil e no Paraguai

## MME

Garantia física

## Congresso Nacional

Lei 10.438/2002 - Bônus de Itaipu (saldo da conta)

Lei 14.182/2021 - Excedente econômico da renegociação do Anexo C (CDE / programa de transferência de renda do Governo Federal)





## Atuação do TCU

- a. Auditoria acerca da política, regulação e regras de comercialização aplicáveis à energia oriunda de Itaipu no contexto brasileiro**
- b. Denúncias, representações acerca da gestão**
- c. Acompanhamento da Renegociação do Anexo C**



## **a. Auditoria política, regulação e comercialização**

### **Acórdão 1.589/2019 - Plenário**

Limitações no controle e gestão dos valores repassados para as tarifas no Brasil

Ausência de fiscalização dos empréstimos e financiamentos

Gestão da garantia física da parte brasileira não considerou regra geral estabelecida para demais UHEs

Ausência de diretriz formal, estratégia ou plano de ação concreto visando à preparação do Governo Brasileiro para a revisão do Anexo C

**9.6. autoriza acompanhamento da atuação do GT criado pela Portaria MME 124/2019, bem como das negociações para a revisão do Anexo C**

**9.7 recomenda ao MRE que envide esforços junto ao Governo do Paraguai a respeito da Nota Reversal submetida em outubro de 2015 acerca da criação da Comissão Binacional de Contas**

**MONITORAMENTO AUTUADO – TC 022.964/2023-1**





## Manifestação STF

### **STF: AÇÃO CIVIL ORIGINÁRIA 1.905/PR**

**Que o TCU se abstenha de processar, conhecer, julgar e executar quaisquer medidas propostas contra a Itaipu Binacional**

8/9/2020 – Publicada decisão

TCU opôs embargos de declaração: foram conhecidos, mas desprovidos

10/10/2020 – Trânsito em julgado

Eventual fiscalização a ser realizada pelo TCU se daria apenas quando essa possibilidade fosse incluída em instrumento diplomaticamente firmado entre o Brasil e a República do Paraguai



## **b. Denúncias/representações**

**Acórdão 9.725/2022 – 1ª Câmara (TC 035.177/2017-9)**

**Acórdão 1.823/2023 – Plenário (TC 031.326/2022-6)**

**Não conhecimento**

**Ainda não apreciado: TC 009.799/2006-1**

**TC 036.929/2023-9**

**TC 036.881/2023-6**





## c. Acompanhamento da renegociação do Anexo C

TC 018.167/2020-9

Acórdão 2.011/2022 – Plenário

Instrução de  
Abril/2022



### Portaria MME 124/2019 – cria GT

- ⇒ MME, EPE, MRE, Eletrobras e Itaipu
- ⇒ Trabalhos iniciados em maio de 2020 e concluídos em abril de 2021 (com dados de 2019)
- ⇒ Foco: Mercado de energia brasileiro  
Cenários para destinação da energia

Peça 42



## c. Acompanhamento da renegociação do Anexo C

**TC 018.167/2020-9**

**Acórdão 2.011/2022 – Plenário**

O Relator registrou o entendimento de que o GT criado pela Portaria MME 124/2019 atingiu sua finalidade e que as legítimas preocupações deste Tribunal, associadas à montagem de cenários e subsídios à negociação dos novos termos do Anexo C, encontravam-se, naquele momento, mitigadas.

9.1. considerar a instrução constante de peça 42, o Parecer do Ministério Público constante de peça 47 e esta deliberação, inclusive o relatório e voto que a fundamentam, na categoria de **sigilo “reservado”**, pelo prazo de cinco anos ou até a finalização da revisão do Anexo C do Tratado de Itaipu, por conter **informações sensíveis** e a sua divulgação ter **potencial para prejudicar** ou para pôr em risco **a condução das negociações** entre os governos do Brasil e do Paraguai destinadas àquela revisão;





## c. Acompanhamento da renegociação do Anexo C

TC 018.167/2020-9

Acórdão 2.011/2022 – Plenário

Instrução de  
Agosto/2023



Peça 102



### Portaria MME 124/2019 – cria GT

⇒ MME, EPE, MRE, ENBPARG e Itaipu

⇒ Foco

Atualização dos estudos

Governança do processo de negociação

Dinâmica de uso da potência

Pendente de apreciação pelo Plenário do TCU



# Comissão Binacional de Contas

**Acordo por meio de Notas Reversais, 5/11/2021** – entre Brasil e Paraguai para criação da Comissão Binacional de Contas de Itaipu

As auditorias aprovadas pela Comissão poderão levar em conta fatos ocorridos retroagindo no máximo a cinco anos

Status da Nota Reversal – ainda na Casa Civil

Membros da Comissão Binacional de Contas

Ministro Benjamin Zymler

Ministro Jorge Oliveira

Ministro Vital do Rêgo

ACOM TC 036.637/2016-5





Obrigada!

Arlene Costa Nascimento

Auditora chefe da Unidade de Auditoria Especializada em  
Energia Elétrica e Nuclear (AudElétrica)

[audeletrica@tcu.gov.br](mailto:audeletrica@tcu.gov.br)

[arlenecn@tcu.gov.br](mailto:arlenecn@tcu.gov.br)